

Análise da atividade turística na reserva particular do patrimônio natural Salto Apepique, Ilhéus, Bahia

Michele S. SANTOS¹
Alexandre SCHIAVETTI²

Resumo

Os visitantes e as agências de turismo que realizaram atividades na Reserva Particular do Patrimônio Natural Salto Apepique, Ilhéus/BA, no ano de 2005, foram objetos deste trabalho. O objetivo da pesquisa foi identificar e analisar a dinâmica do turismo na unidade de conservação. Para coleta dos dados foram utilizados questionários, com o qual se elaborou escalas de likert para análise quali-quantitativa. Segundo a pesquisa, a região cacauceira é o principal centro emissor de visitantes, todavia 64,1% dos visitantes não sabem que a área é uma RPPN. Os principais problemas identificados foram falta de infra-estrutura e informação dentro da reserva, bem como sobre a reserva. Constatou-se que a RPPN possui grande potencial para o desenvolvimento da atividade turística, no entanto não possui infra-estrutura e plano de manejo para implantação da atividade.

PALAVRAS-CHAVE: ecoturismo, RPPN, perfil de visitante, Sul da Bahia.

Abstract

ANALYSIS OF THE TOURISTIC ACTIVITY IN THE PRIVATE RESERVE OF NATURAL PATRIMONY SALTO APEPIQUE, ILHÉUS, BAHIA. The visitors and the travel agencies doing activities in the Private Reserve of the Natural Estate Salto Apepique, Ilhéus/BA, in 2005, were the subject of analysis in this study. The main goal of this research was to identify and analyze the dynamics of tourism in the conservation unit. For the collection of data, questionnaires were used, in which likert scales were used for quali-quantitative analysis. According to the research, the cocoa region is the main center providing visitors. However, 64, 1%, of the visitors do not know that the area is a RPPN. The main problems identified were the lack of infrastructure and of information within and about the reserve. It was observed that the RPPN has a great touristic potential to be developed, but it does not have the infrastructure or a management plan to do this kind of activity.

KEY WORDS: Ecotourism, RPPN, visitor profile, South of Bahia.

Introdução

De acordo com Garrido (2002), a expansão do turismo verifica-se como atividade econômica a partir do final da Segunda Guerra Mundial, devido a vários fatores como: a redução da jornada de trabalho e introdução de férias remuneradas; a elevação do nível educacional, com a abordagem de conhecimentos que passaram a despertar o interesse por conhecer outros lugares do mundo; melhoria do sistema de transportes, incluindo a evolução da aviação comercial e dos acessos rodoviários e ferroviários, dentre outros.

Segundo Neiman & Mendonça (2000), o interesse pelas áreas naturais vem crescendo na medida em que suas extensões vêm diminuindo. Assim, a demanda crescente

pelo turismo e pelo lazer, especificamente na natureza, é, sem dúvida, uma das tendências mais significativas dos movimentos turísticos na atualidade.

Dessa forma, a temática do turismo encontra no ecoturismo um espaço significativo. Conforme Lindberg & Hakens (1999), as raízes do ecoturismo encontram-se na natureza e no turismo ao ar livre, onde questões ligadas à conservação e ao meio ambiente são de interesse crescente. Sua principal característica é por ser uma atividade turística em ambientes naturais conservados.

Nessa perspectiva, as unidades de conservação já respondem por uma parte da meta “conservacionista”. Pois, de acordo com Pinto et al. (2004), um dos mecanismos

¹ Michele Silva Santos é Geógrafa e Mestranda do curso de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Estadual de Santa Cruz. End. Rua da Paz, nº. 180 - Barra, CEP: 45658130 – Ilhéus/BA, e-mail: misansi@yahoo.com.br.

² Alexandre Schiavetti é Ecólogo, Mestre em Ciências da Engenharia Ambiental e Doutor em Ecologia e Recursos Naturais, profº. titular do Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais da Universidade Estadual de Santa Cruz. End. Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 s/n, CEP: 45662-000 – Ilhéus/BA, e-mail: aleschi@uesc.br

mais tradicionais utilizados no mundo para a conservação ambiental é o estabelecimento de um sistema representativo de unidades de conservação, geralmente na forma de parques e reservas.

Por conseguinte, partindo-se da idéia de conservação, tem-se a impressão que a criação de unidades de conservação tenha somente o objetivo da mera manutenção de amostras representativas de ambientes naturais ou especificamente conservação da biodiversidade *in situ*, entretanto, muito mais que responsabilidade da pura conservação, estas áreas podem oferecer sustentabilidade econômica. Todavia, para desenvolverem o turismo como atividade econômica, as áreas de proteção devem estabelecer planos de manejo para que os impactos sócio-ambientais sejam evitados ou ao menos minimizados.

Para Sogar (1995), o conflito potencial entre preservação, proteção e impacto de maior quantidade de visitantes, cria a necessidade de contar com técnicas mais eficazes em promoção, desenvolvimento e manejo dos recursos naturais a fim de alcançar o turismo sustentável e rentável.

Wearing & Neil (2001) destacam que um planejamento adequado deve levar em consideração a função e o propósito da área de proteção. Neste contexto, incluem a preservação natural e cultural, o beneficiamento econômico local e o manejo das visitas.

Segundo Wenjun & Nianyang (2001), o ecoturismo recebeu uma grande atenção nos anos recentes, por ser visto como uma maneira eficaz de assegurar o desenvolvimento sustentável em reservas naturais. Os autores destacam que não há nenhuma dúvida que o ecoturismo represente uma das alternativas mais amigáveis para o simultâneo desenvolvimento econômico e uso dos recursos naturais. Não obstante, o ecoturismo não é somente uma oportunidade, mas também um desafio para as reservas naturais, pois aliar conservação ambiental e sustentabilidade econômica exige fazê-lo de forma sustentável para que não se torne uma ameaça à natureza.

No mundo, o conceito de unidade de conservação quase sempre esteve associado à iniciativa pública. Isso deriva do fato de que esse foi o modelo adotado nos Estados Unidos para criação de unidade de conservação, cujo marco legal, o Parque Nacional de Yellowstone, marcou o início do estabelecimento de áreas protegidas em todo o mundo (Morsello & Mantovani, 1996).

No Brasil, os efeitos do movimento mundial de revalorização da natureza vão ser sentidos com mais veemência a partir do início dos anos 80, quando ocorreram, entre outros desdobramentos, a ampliação e a modernização do aparato legal relativo à proteção de ambientes naturais (Cruz, 2003). O aparato legal impulsionou a criação dessas áreas protegidas por todo o território nacional, cujo resultado foi um grande investimento – bem maior que qualquer outro país tropical e compatível ao de países em

desenvolvimento – entre 1976 e a década de 90, em parques e outras unidades de conservação federais, estaduais, municipais e privadas (Mittermeier et al., 2005).

Embora o estabelecimento de áreas particulares protegidas já estivesse previsto na legislação desde o primeiro Código Florestal (Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934), na figura da Floresta Protetora, era necessário um decreto federal que estabelecesse procedimentos claros para a criação, a administração e a proteção de áreas particulares. Foi somente em 1990, por meio do Decreto Federal nº 98.914, que a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) foi instituída no país. Todavia, esta categoria é relativamente recente e pouco divulgada. Segundo Costa (2004), apesar dos tímidos incentivos para a criação dessa categoria de unidade de conservação, o Brasil já conta com 656 dessas áreas decretadas, cobrindo um total de 500 mil hectares.

As RPPN, diferentemente de todas as outras categorias de unidade de conservação, são criadas a partir da manifestação voluntária do proprietário, oferecendo, dessa forma, uma opção para a conservação de ambientes naturais em áreas particulares (Schiavetti et al., 2004). Além de dar oportunidade a proprietários de terem sua área de beleza cênica e/ou de riqueza biológica reconhecidas pelo poder público através de incentivos, a implementação de uma RPPN oferece outros benefícios aos proprietários, como: apoio e orientação para a preservação da área; benefícios econômicos, mais especificamente por meio do turismo e do ICMS ecológico e garantia perpétua da posse da área.

Nas RPPN, é permitido o desenvolvimento de atividades de cunho científico, cultural, educacional, recreativo e de lazer. Uma análise feita por Mesquita (1999) revela que as reservas particulares latino-americanas têm no ecoturismo sua principal atividade produtiva. Segundo a pesquisa, 60% das reservas analisadas apresentaram algum tipo de visitação pública. Não obstante, os autores questionam se essas reservas estão estruturadas para desenvolverem a atividade turística, visto que esse tipo de atividade pode gerar sérios impactos aos ecossistemas os quais elas protegem.

O presente estudo investigou a dinâmica da atividade turística realizada na Reserva Particular do Patrimônio Natural Salto Apepique (RPPN – SA) com objetivo de revelar se a reserva possui potencial para o desenvolvimento da atividade turística, o qual foi identificado através da caracterização do perfil do público visitante, bem como apontar qual o melhor setor do turismo para se desenvolver na reserva, cuja perspectiva vise à sustentabilidade ambiental e econômica da área.

Materiais e Métodos

Área de Estudo

A Reserva Particular do Patrimônio Natural Salto Apepique (RPPN – SA), está situada na porção norte do município de Ilhéus - BA. A referida reserva está inserida no bioma da Mata Atlântica e possui uma área de 118 hectares. A reserva foi estabelecida na propriedade Fazenda São Paulo de 420 hectares, a partir da Portaria do Ibama 103/97.

A RPPN - SA está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Encantada e Rio Almada, e faz parte da área do Corredor Central da Mata Atlântica. O rio Apepique, o qual dá nome à reserva, nasce na área da propriedade e é afluente de um dos principais rios da cidade de Ilhéus, o rio Almada. A reserva foi a 8ª RPPN criada na Bahia e a 3ª na região cacauceira.

Procedimentos Metodológicos

Nesse trabalho foi considerado como ecoturismo a atividade em ambientes naturais conservados, adotando princípios de baixo impacto ambiental e social, procurando sensibilizar os visitantes para as causas ambientais e buscando o envolvimento e o benefício de comunidades locais (Salvati, 2004). Os visitantes e as agências de turismo foram objetos deste trabalho durante o ano de 2005, sendo que para cada público-alvo houve a formulação de um questionário específico.

Nos dias que não houve visitas, foi registrada a ausência de visitantes. Os dias de não visitação foram cruzados com os dados pluviométricos da Estação Automática de Superfície da Fazenda Almada - Ilhéus/BA, de até três dias anteriores ao dia da coleta. Tais dados foram obtidos através do convênio com a Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC para a sessão das informações climatológicas.

O procedimento de coleta foi baseado em um questionário, entregue para cada visitante com idade superior a 15 anos, após a realização do passeio e que voluntariamente se dispôs a preenchê-lo. Os dados de frequência das variáveis amostradas foram inseridos no programa “Statistical Package for the Social Sciences” (SPSS).

Os objetivos da análise do público visitante foram identificar a procedência, a qual foi categorizada nas regiões de origem (região cacauceira, região Nordeste, região Sudeste, região Sul, região Centro-Oeste, região Norte e exterior, para todos os estrangeiros); o perfil sócio-econômico; qual a opinião sobre a área, cujas respostas foram classificadas nas categorias de infra-estrutura, recurso humano, entretenimento e lazer, segurança, serviços,

informação, preço, taxa de entrada e conservação; identificar se os visitantes sabiam o que é uma RPPN, sendo que cada resposta foi classificada em correta e incorreta; e, se os visitantes sabiam que a área é uma RPPN.

Quanto às agências de turismo, que vendem a RPPN como um de seus roteiros, foi enviado um questionário, via internet, para o coordenador da empresa. A caracterização da mesma, o número de funcionários habilitados e não habilitados, a relação entre condutores e turistas foram objeto de pesquisa. Os quesitos qualidade do passeio, preço, serviços oferecidos, tempo do passeio, informações oferecidas na reserva e trabalho do guia de turismo foram avaliados por uma escala qualitativa (escala de likert, descrita em Pereira, 1999), visando identificar se estes colaboraram para a venda da atividade.

Resultados e discussão

Caracterização do Público Visitante

Conhecer as características do visitante é essencial para o planejamento e desenvolvimento da atividade ecoturística (Obua & Harding, 1996).

Conforme Williams (1992), o perfil da clientela ecoturística difere em sua conduta, atitudes e características socioeconômicas, porque existem certos elementos comuns que as diferenciam do turista convencional, tais como, intensidade e forma de participação na atividade, níveis de diversificação e enfoque geográfico da experiência.

Desta forma, o ecoturismo atrai um tipo muito peculiar de pessoas: boa posição econômica, nível educacional elevado, maturidade e interesse por meio ambiente são características comuns de um grande número de interessados pela atividade, acrescenta o autor.

O público visitante da RPPN - SA é um público com uma faixa etária média de 21 a 30 anos de idade, havendo um equilíbrio entre os sexos masculino e feminino (Tabela 1). Os grupos de visitantes são formados de cinco ou mais pessoas (46,1%). O número de cinco pessoas por grupo foi também encontrado para os visitantes da RPPN Ecoparque de Una, segundo o estudo de Schiavetti et. al. (2004).

Tabela 1 – Faixa etária e sexo do público visitante da RPPN – SA, no ano de 2005 - Ilhéus/BA

Faixa Etária	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
15-20	11	4	15
21-30	24	27	51
31-40	11	15	26
41-50	10	13	23
51 ou mais	9	4	13
Total	64	62	128

Diferentemente do público visitante dos Parques Federal e Estadual do Amazonas, analisados por Wallace & Pierce (1996), que eram europeus (68%), norte americanos

(14%), asiáticos e africanos (5%) e apenas 9% de brasileiros, os quais não eram da região, observou-se que a região cacauceira é o principal centro emissor de visitantes, com destaque para as cidades de Ilhéus, Itabuna, Una, Itacaré, Aurelino Leal, Ibicaraí e Buerarema, representando 48,4% do público total (Tabela 2).

O meio de acesso mais utilizado, tanto para chegar à região de Ilhéus quanto à área da RPPN, foi o transporte terrestre privado (Tabela 2). Este resultado foi similar ao encontrado no estudo de Sogar (1995), em áreas protegidas dos EUA, Grã Bretanha e Austrália. O autor apontou que a identificação do principal meio de acesso é indispensável no estabelecimento de estratégias de manejo, que conforme sua intensidade tenderá a um impacto significativo sobre os recursos culturais e naturais.

Tabela 2 – Procedência do público visitante e meio com o qual chegou até a região e à RPPN no ano de 2005 - Ilhéus/BA

Procedência	Como chegou até a região de Ilhéus					Total
	Carro	Ônibus	Avião	Navio	Não respondeu	
Região Cacauceira	31	19	3	2	7	62
Nordeste	10	7				17
Sudeste	3	8	10			21
Centro-Oeste	6	3				9
Sul	3					3
Exteior	2	1	13			16
Total	54	39	26	2	7	128

O grau de instrução, em média, do público visitante é o 2º grau completo, 20,3% do total, havendo, no entanto, um percentual de 21,1% e 21,9% para os graus superior incompleto e completo, respectivamente (Tabela 3).

Apesar do percentual alto para o público visitante de grau de instrução de nível superior, este público não sabe o que é uma RPPN, ou seja, 70,3% do total não reconhecem essa categoria de unidade de conservação. De acordo com a Tabela 3, do total de 28 pessoas de grau superior completo, 19 responderam que não sabiam o que era uma RPPN. As que possuíam o 2º grau completo (26 pessoas), 20 pessoas responderam que não reconhecem essa categoria de conservação.

Tabela 3 – Relação entre grau de instrução e o conceito de RPPN no ano de 2005 - Ilhéus/BA

Grau de Instrução	Sabe o que é uma RPPN?			Total
	Não	Sim	Não respondeu	
Alfabetizado	1			1
1º grau incompleto	4	3		7
1º grau completo	3	3		6
2º grau incompleto	4	3	1	8
2º grau completo	20	4	2	26
Superior incompleto	23	4		27
Superior completo	19	9		28
Pós-graduação	14	9		23
Não respondeu	2			2
Total	90	35	3	128

Quando se relaciona o número de pessoas que responderam que sabem o que é uma RPPN (64 pessoas) com o total de respostas corretas para o conceito de RPPN, observa-se que as pessoas que responderam o que era uma RPPN (35 pessoas), apenas 14 pessoas responderam corretamente sobre o conceito de uma RPPN.

Verificando-se a procedência do público visitante que não sabia o que era uma RPPN, percebe-se que, do total do público proveniente da região cacauceira, 74,2% não sabem o que é uma RPPN. Dessa forma, percebe-se que apesar da região cacauceira ser a região emissora de maior fluxo de visitantes, e já possuir 45 RPPN implantadas, as pessoas não estão esclarecidas quanto o conceito de RPPN, mesmo os que possuem um grau de instrução elevado.

A maioria do público visitante ficou sabendo da área através de amigos (53,1%). Este resultado foi relativamente inferior à investigação de Guimarães et. al. (2005), sobre o público visitante de Itacaré (BA), na qual se constatou que 77% dos visitantes obtêm informações sobre o lugar através de amigos e familiares.

Segundo o estudo, 64,1% dos visitantes não sabem que a área é uma RPPN. Este fato identifica a falta de informação, na própria área, como placas de identificação da área, assim como constata que a RPPN não tem sido divulgada nos meios de comunicação.

Os visitantes da RPPN - SA buscam a área para recreação (29,6%), sendo os aspectos naturais da reserva (91,4%) o item que mais agradou aos visitantes durante sua permanência na área, como podemos constatar na Tabela 4. Esses motivos foram diferentes para o público visitante pesquisado por Wallace & Pierce (1996) os quais, segundo a pesquisa, procuraram mais atrações e conforto, numa combinação entre observação da natureza e visita à cultura tradicional.

Tabela 4 – Relação entre motivo da vinda até a região cacauceira do Sul da Bahia e item que mais agradou na RPPN - SA, no ano de 2005 - Ilhéus/BA

Principal motivo da vinda até a região	Item que mais agradou na área				Total
	Patrimônio Histórico	Aspectos Naturais	Rede de Serviços	Outros	
Aventura	1	34			35
Pesquisa		11		3	14
Descanso	2	28	2	1	33
Recreação	1	38			39
Religião		1			1
Outros		5	1		6
Total	4	117	3	4	128

De acordo com Obua & Harding (1996), uma das chaves para o efetivo desenvolvimento da recreação nos lugares é a informação sobre o visitante e os recursos que os atraem. Eles apontam o Parque de Kibale – Uganda, como a primeira reserva a realizar um uso múltiplo da área protegida, em 1992, sendo a recreação e o turismo as atividades mais praticadas.

Conforme a Figura 1 pode-se observar o nível de satisfação dos visitantes quanto ao roteiro da reserva. O nível de satisfação sobre preço, qualidade e tempo de passeio e serviços oferecidos apresentou-se como bom, enquanto os itens informação na reserva e trabalho do guia apresentaram uma variação no nível de satisfação entre muito bom a péssimo. Apesar das críticas, 93% do público visitante têm pretensões de retornar à RPPN – SA. Com relação à informação na reserva, a análise de Schiavetti et. al. (2004) identificou a insatisfação dos visitantes da RPPN do Ecoparque de Una, os quais sugeriram aumento da quantidade de informação transmitida ao visitante em forma de informação e interpretação dos recursos naturais da área.

Para adentrar a RPPN, durante o ano pesquisado, foi cobrada uma taxa no valor de R\$ 5,00, a qual visava à manutenção dos serviços prestados, bem como a conservação da área. Os visitantes apresentaram manifestação contrária à taxa cobrada, cujas críticas chegaram a um percentual de 14,8%. Entretanto este valor não foi considerado alto pela maioria dos visitantes, já que 45,3% deles consideraram a taxa cobrada o ideal, principalmente pelo público que possui renda mensal superior à R\$ 1.501,00 (Tabela 5).

Todavia este valor pode ser questionado a partir das críticas efetuadas pelos visitantes acerca da deficiência em infra-estrutura e recursos humanos, com percentual

de 14,6% e 8,2% respectivamente. A crítica acerca da informação fornecida no local foi similar às identificadas por Sogar (1995), sendo que, em sua investigação, a falta de informação no local foi justificada pelo fato dos visitantes (70%) serem acompanhados por tradutores. Não obstante, na presente pesquisa 86,7% dos visitantes são brasileiros e apenas 12,5% são provenientes do exterior. Outras críticas foram apontadas em relação aos preços (1,9%), informações sobre/na reserva (6,3%), segurança (5,1%), serviços (5,7%), entretenimento (7%) e conservação da área (5,7%).

Tabela 5 – Relação entre faixa salarial e valor ideal para entrar na área e pelos serviços prestados pela RPPN – SA, no ano de 2005 - Ilhéus/BA

Valor ideal para serviços prestados e para conservação da área?	Sem rendimento próprio	até 150	151-450	451-750	751-1.500	1.501-3.000	mais que 3.001	Não respondeu	Total
1R\$	1			2	1	1	2		7
2R\$	3		3	1	1	1	2		11
3R\$	2		5	1	3	4	1		16
4R\$	1			1	1				3
5R\$	9	2	6	3	6	12	16	4	58
7 ou mais	3	1	1	2	1	2	4		14
Entrada Franca	2		1	6		6	3	1	19
Total	20	3	16	16	12	26	28	5	128

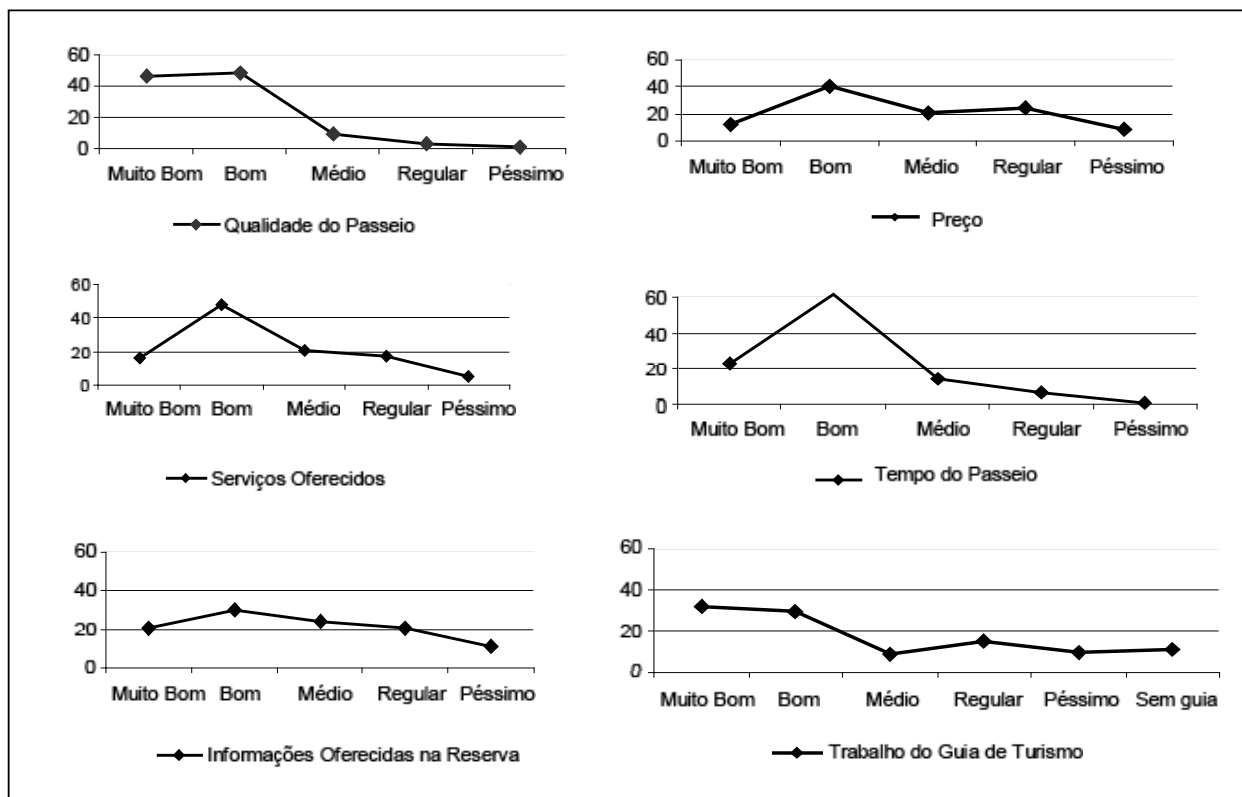


Figura 1 – Nível de satisfação do público visitante quanto ao roteiro e serviços oferecidos na RPPN- SA, no ano de 2005 - Ilhéus/BA

Durante o período de coleta os dias sem visita foram registrados, e os dados cruzados com os dados pluviométricos do município de Ilhéus. No mês de janeiro, no qual foi coletado o maior número de questionários, não houve nenhum dia com ausência de visitantes. Enquanto os meses de fevereiro, março, abril e maio, há o registro de ausência de visitantes.

Quando se relaciona o dia da ausência de visitantes com os dados pluviométricos diários de cada dia, constata-se que nos meses de fevereiro, março e abril as taxas de precipitação diárias nos dias sem visitas foram superiores ou aproximados às taxas médias mensais de pluviosidade em Ilhéus.

Segundo os índices diários de pluviosidade, dos dias de coleta com ausência de visitantes, e os índices mensais de pluviosidade de Ilhéus, tem-se um índice diário de 180,8mm para o mês de março, sendo a média mensal de 185,3mm; para abril um índice diário de 180,8mm, e uma média mensal de 149,7mm e; para maio um índice diário de 175,0mm e 168,4mm para uma média mensal de 139,0mm. Assim, pôde-se associar-se a ausência de visitantes nesses dias ao elevado índice de precipitação.

Apenas para o mês de fevereiro a ausência de visitas não pode ser associada ao índice pluviométrico, pois nos dias da coleta não foram registradas precipitações.

Caracterização das Agências de Turismo

Foram identificadas três agências de turismo que utilizaram a RPPN em suas transações comerciais. No entanto, apenas uma delas colaborou com a pesquisa. Do total de visitantes em 2005, apenas 10,9% chegou à RPPN através de uma agência de turismo. O percentual de visitantes que chegou à área por meio de agência é aproximado ao percentual do público visitante do Ecoparque de Una que utilizou esse serviço (13%), segundo Schiavetti et. al. (2004).

A agência tem a sede no Estado de São Paulo e já possui 15 anos de funcionamento no mercado de turismo, mas apenas 4 anos de funcionamento na RPPN Salto Apepique. A agência não possui veículo próprio, utilizando serviços terceirizados. O guia, o qual conduz os visitantes na área da RPPN, não é um nativo da área, sendo este da cidade de Itacaré (cidade a 64 km da cidade de Ilhéus). O guia responsável pela condução dos visitantes não possui habilitação pela Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, possuindo apenas um curso específico, oferecido pela própria operadora, sobre condução de turistas e noções de primeiros socorros. Na RPPN Ecoparque de Una as visitas são conduzidas por um guia local e outro da agência, sendo que há habilitação pela EMBRATUR, conforme Schiavetti et. al. (2004).

A relação média entre guias e visitantes é de 1/8. Esta relação encontrada foi diferente para o público visitante do Ecoparque de Una, o qual tem uma relação de 1/11, segundo Schiavetti et. al. (2004). Conforme o autor, essa relação encontrada para a RPPN do Ecoparque de Una é considerada adequada para o manejo da área.

O roteiro mais vendido pela agência é o da Chapada Diamantina (BA), quanto ao roteiro da RPPN, este é vendido como Lagoa Encantada, e é incluído no pacote para a cidade de Itacaré de oito dias. A RPPN participa com menos de 10% nas transações da operadora. O pacote é vendido num valor de R\$ 1.250,00, incluindo hospedagem com café da manhã, passeios, traslados privativos, lanches nas trilhas e seguro viagem. A participação da RPPN nas transações das agências de turismo estudadas por Schiavetti et. al. (2004) foi igual à encontrada no presente estudo (10%). O autor considera a participação dos benefícios econômicos baixa, se comparado o valor elevado para os serviços prestados pelas agências por ele analisadas.

A agência qualificou todos os quesitos da RPPN, a saber: agendamento, qualidade do passeio, preços, serviços oferecidos, pontualidade e tempo do passeio como muito bons.

Considerações finais

Alguns dos trabalhos de investigação realizados sobre o perfil da clientela ecoturística sugerem que esta, no nível pessoal, difere do turista convencional em suas características socioeconômicas e em suas atitudes. Os ecoturistas, de modo geral, são entusiasmados com as atividades ao ar livre, são maiores de trinta anos de idade, pertencem tanto ao sexo feminino como o masculino, têm experiências em viagens de longa distância e preferem viajar por conta própria (Williams, 1992).

Portanto, conhecer as características dos visitantes é o principal aspecto necessário para a sustentabilidade da atividade turística em uma unidade de conservação (Obua & Harding, 1996).

O conhecimento das características do público visitante da RPPN - SA possibilitou identificar um perfil da clientela que visita a reserva, a qual se caracteriza por ser um público jovem, de faixa etária média entre 21 a 30 anos de idade, que apresenta um equilíbrio entre os sexos masculino e feminino, e que possui elevado nível tanto educacional quanto de poder aquisitivo.

De acordo com Salvati (2004) a atividade turística que melhor pode harmonizar o uso da RPPN com a conservação de sua biodiversidade é o ecoturismo. Porém, conforme autor, não é fácil delimitar onde este segmento se separa do turismo de aventura e rural.

A atividade realizada na reserva pode ser classificada como ecoturística, já que esta se caracteriza, segundo

Salvati (2004), por ser uma atividade turística praticada em ambientes naturais conservados, de envolvimento e beneficiamento com as comunidades locais, e que são dotadas de baixo impacto ambiental e social.

Algumas das sugestões dos visitantes para a reserva estão relacionadas à instalação de infra-estrutura. Entretanto, a questão relacionada à infra-estrutura deve ser analisada com cautela visto que o decreto 5.746/2006 que regulamenta as RPPN, em seu art. 17 parágrafo único, não aceita construção de moradias e/ou outras estruturas depois de decretada a RPPN. Todavia, é necessário que a reserva implemente a infra-estrutura básica para a prática da atividade ecoturística, tais como placas informativas sobre as cachoeiras e poços, disponibilizar acessórios de segurança como bóias, informativos dentro da reserva sobre a RPPN e pessoal treinado para disponibilizar melhores serviços.

Foi identificado que a reserva possui um grande potencial para o desenvolvimento da atividade ecoturística, assim como possui demanda potencial na região para visitas, essencialmente por seus aspectos naturais, levando-se a crer que a RPPN pode atingir um nível de conservação satisfatório. No entanto, foram identificadas algumas deficiências nos quesitos de informações e serviços oferecidos na reserva e trabalho do guia, o que expressa necessidade de melhoria na qualidade dos serviços e informações na reserva, bem como investimento na capacitação de pessoas para realização da atividade ecoturística. Essas melhorias

A administração da RPPN deve investir em divulgação da mesma, podendo realizar acordos com as agências de turismo operantes na área para melhor divulgação e desenvolvimento da atividade. Além da divulgação externa, o gestor deve também disponibilizar informações sobre a categoria da unidade de conservação, visto que 70,3% do público visitante não sabem o que é uma RPPN. O desconhecimento sobre a unidade de conservação pode conduzir ao mau uso da reserva e assim ir de encontro aos objetivos previstos em lei dessa categoria.

A RPPN – SA está inserida na APA - Área de Proteção Ambiental - Lagoa Encantada e Rio Almada a qual foi criada em junho de 1993, através do decreto Estadual nº. 2.217 e abrangia apenas parte do município de Ilhéus. Em 2003 a área da APA foi ampliada, e oito municípios foram agregados a esta unidade de conservação, totalizando uma área de 157.745 hectares e um número aproximado de quinhentos mil habitantes em seu entorno.

A APA foi criada com o objetivo de minimizar o processo de antropização desenfreado e estender a proteção à diversidade biológica e assegurar a sustentabilidade do uso de recursos naturais por toda bacia. Porém, segundo os estudos de Oliveira (2005), a área enfrenta problemas de conservação devido à baixa renda da população e seus principais ramos de atividades, os quais referem-se à pesca

(70%), atividade turística (20%), caça e outras atividades (10%).

A autora afirma que a atividade turística, apesar de ser uma das principais atividades desenvolvidas, não gera benefícios econômicos suficientes para motivar a comunidade a preservar o meio ambiente, ocasionando, assim a pesca, a caça e a extração vegetal predatória. A situação é agravada devido ao declínio do fluxo turístico na área, cuja situação conduz a população à exploração dos recursos naturais, reforçada pela falta de fiscalização na área.

Por conseguinte, o plano de manejo da RPPN deve estar em consonância com o plano de manejo desenvolvido para a APA, não obstante, deve desenvolver um mecanismo eficiente de informativos e comunicação para o esclarecimento dos visitantes e da comunidade local sobre a diferenciação dessas duas unidades de conservação, já que a APA possui uma maior flexibilidade de uso com relação à RPPN.

O ecoturismo, por ser uma atividade de baixo impacto ambiental quando manejada, é a melhor alternativa para o desenvolvimento econômico de uma reserva privada. A atividade pode ser desenvolvida em consonância com a conservação dos recursos, exigindo, no entanto, uma gerência e um manejo dinâmico para sua efetiva e sustentável prática.

As RPPN em geral têm um papel fundamental na conservação dos ecossistemas nativos e dos recursos naturais na região, já que vastas extensões de terras estão em mãos de proprietários particulares (Vieira et. al. 2004). Por conseguinte, as RPPN constituem-se uma alternativa para a conservação dos ecossistemas da Mata Atlântica, seja através do seu caráter de proteção integral dos recursos, seja pelo fato dessas unidades promoverem conectividade da paisagem natural.

No contexto de conservação de ecossistemas a RPPN - SA tem um compromisso com a conservação de seus recursos naturais, essencialmente porque está inserida no bioma da Mata Atlântica, o qual tem um histórico de devastação desde os primórdios de ocupação do território brasileiro, bem como tem um desafio de aliar a conservação de seus ecossistemas com a atividade ecoturística para que sejam promovidos, concomitantemente, o beneficiamento econômico e a conservação da natureza.

Destarte, é recomendável para essa unidade de conservação que formule um plano de manejo cujo instrumento legal contemple a atividade ecoturística como ferramenta de desenvolvimento econômico, onde o objetivo primordial seja, simultaneamente, a manutenção dos recursos naturais e culturais da área e a sustentabilidade econômica.

Para tanto, o presente trabalho disponibilizou uma ferramenta essencial ao manejo da atividade turística na RPPN, identificando o perfil dos visitantes da reserva.

Referências

- COSTA, C. M. R.; HIROTA, M. M.; PINTO, L. P. S.; FONSECA, M. T.; Lamas I. R.; BRITO, M. C. W.; MESQUITA, C. A. B. 2004. Incentivo à criação e gestão de reservas particulares do patrimônio natural (RPPN) – uma estratégia para a conservação da Mata Atlântica. In: **RPPN: conservação em terras privadas - desafios para a sustentabilidade**. Rodrigo Castro e Maria Borges (orgs). Edições CNRPPN: Planaltina do Paraná, 68-77 pp.
- CRUZ, R. de C. A. 2003. **Introdução à Geografia do Turismo**. Roca 2. ed., São Paulo.
- GARRIDO, I. M. D. A. 2002. **Modelos multiorganizacionais no turismo: cadeias, clusters e redes**. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Secretaria da Cultura e Turismo, 125 p.
- GUIMARÃES, A. M.; SCHIAVETTI, A.; TREVIZAN, S. D. P. 2005. Distorsiones entre el concepto y la práctica del ecoturismo: el caso de Itacaré, Bahía – Brasil. **Estudios y Perspectivas en Turismo**. Buenos Aires. 3(14): 32-45.
- LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. 1999. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. SENAC 2. ed. São Paulo.
- MESQUITA, C. A. 1999. **Caracterización de las reservas privadas em América Latina**. Dissertação de Mestrado. Tesis Mag. Sc. Catié: Turrialba (Costa Rica), 80p.
- MITTERMEIER, R. A.; FONSECA, G. A. B. DA; RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. 2005. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Megadiversidade**. 1(1): 14-21.
- MORSELO, C.; MANTOVANI, W. 1997. **Mecanismo de seleção de RPPN: uma crítica**. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba, Brasil. Universidade Livre do Meio Ambiente, 15-30pp.
- NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. 2000. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. **Turismo em Análise** 11(1): 159-175.
- OBUA, J.; HARDING D. M. 1996. Visitor characteristics and attitudes towards Kibale Park, Uganda. **Tourism Management** 17(7): 495-505.
- OLIVEIRA, A. C. B. 2005. **Análise do desenvolvimento do ecoturismo na APA da Lagoa Encantada e Rio Almada**. Monografia. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus.
- PEREIRA, J. C. R. 1999. **Análise de dados qualitativos. Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais**. 1. ed. São Paulo: EDUSP / FAPESP, 160p.
- PINTO, L. P.; PAGLIA, A.; PAESE, A.; FONSECA, M. 2004. O papel das reservas privadas na conservação da biodiversidade. In: **RPPN: conservação em terras privadas - desafios para a sustentabilidade**. Rodrigo Castro e Maria Borges (orgs). Edições CNRPPN: Planaltina do Paraná. 5-16pp.
- SALVATI, S. S. 2004. Ecoturismo em RPPN: oportunidade e desafios para um negócio responsável. In: **RPPN: conservação em terras privadas - desafios para a sustentabilidade**. Rodrigo Castro e Maria Borges (orgs). Edições CNRPPN: Planaltina do Paraná. 110-128pp.
- SOGAR, D. H. 1995. Aspectos relacionados con el manejo del turismo y el control de visitantes. **Estudios y Perspectivas en Turismo** 4(2): 72-82.
- SCHIAVETTI, A. OLIVEIRA, H. T. SHILLING, A. C. NORDI, N. 2004. Dinâmica da Reserva Particular do Patrimônio Natural Ecoparque de Una (Região cacauceira - Sul da Bahia, Brasil). **Estudios y Perspectivas en Turismo**. Buenos Aires. 3(13): 33-58.
- VIEIRA, M. C. W.; SILVA, J. E. L. da; SILVA, M. C. L. da. 2004. O papel das RPPN na conservação de ecossistemas e na sua restauração. In: **RPPN – reservas particulares do patrimônio natural da Mata Atlântica**. Castro Alberto Bernardo Mesquita e Maria Cristina Weyland Vieira (orgs). São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. 35-40pp.
- WALLACE, G. N.; PIERCE, S. M. 1996. An evaluation of ecotourism in Amazonas, Brazil. **Annals of Tourism Research**. USA, 23(4): 843-873.
- WEARING, S.; NEIL, J. 2001. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Tradução de Carlos David Szlak. Manole, São Paulo.
- WENJUN, L.; NANYANG, H. 2001. Ecotourism management in China's nature reserves. **Royal Swedish Academy of Sciences** 30 (1): 62-73.
- WILLIAMS, P. W. 1992. Desafíos en el manejo del turismo ecológico. **Estudios y Perspectivas en Turismo** 1(2): 10-16.

Artigo recebido: 20/5/2008

Artigo aceito: 16/6/2008